

DA TIERRA FIRME À AMAZÔNIA

Romero Ximenes¹

Resumo

O autor desenvolve uma análise antropológica da constituição histórica-cultural-mitológica da Amazônia enquanto região. De “Região Norte” originalmente, a futura Amazônia reivindica a nova identidade na explosão da economia da borracha, separando-se do Nordeste. O mito das Amazonas desenvolve um “imperialismo” nominando o grande rio e, depois, a própria região. Em tempos de reorganização territorial, o autor levanta parte da história cultural deste problema.

Palavras-chave: Amazônia. Identidade. História. Cultura. Mito.

Resumen

El autor desarrolla un análisis antropológico de la constitución histórica-cultural-mitológica de la Amazonía en cuanto región. De la “Región Norte” originalmente, la futura Amazonía reivindica la nueva identidad en la explosión de la economía del caucho, separándose del nordeste. El mito del Amazonas desarrolla un “imperialismo” denominado el grande río y, después, la propia región. En tiempos de reorganización territorial, el autor levanta parte de la historia cultural de este problema.

Palabras llave: Amazonía. Identidad. Histórica. Cultura. Mito.

O processo inicial de ‘achamento’ do território e de invenção da Amazônia é obra de dois rebeldes ou dissidentes espanhóis: Vicente Pinzón e Francisco de Orellana. O primeiro havia sido integrante da expedição de Colombo (1492) e o segundo era um dos comandantes de Pizarro que partira de Quito em busca do El Dorado e das árvores de canela.

Pinzón fora o *El Capitán* da Niña, caravela que, junto com a Pinta, havia sido mobilizada por Martin Alonso Pinzón, seu irmão, e compunha a expedi-

1 Professor de Antropologia da Universidade Federal do Pará – UFPA.

ção descobridora da América que tinha dimensões de empresa privada, muito embora a Coroa tenha custeado o pagamento da tripulação e os suprimentos para a viagem. A família de Pinzón era rica e influente na região de Palos e mostrou ter projeto próprio, manifestado ainda durante a viagem.

Martin Alonso Pinzón chegou à nova terra antes de Colombo (*Guanahami*) e separou-se do restante de flotilha quando o grupo se encontrava na costa da Ilha Espanhola, tendo desaparecido a 21 de novembro e retornado somente em 6 de janeiro seguinte, o que impossibilitou o socorro à nau Santa Maria, capitaneada por Colombo, que havia encalhado. Pinzón não obedecera ao comando do almirante porque pretendia chegar primeiro a Cipango, a suposta terra das imensas riquezas que o imaginário europeu construía.²

Os Pinzón voltam a recompor seu projeto para o novo mundo em 1499, quando Vicente Pinzón recebe licença imperial para viajar para o Ocidente e buscar descobrir novas terras, desde que não tocasse nas terras já descobertas por Colombo. Este descobrira ilhas várias e agora se tratava de descobrir a “Terra Firme”, isto é, terras continentais. Assim, o conceito geográfico de “Tierra Firme” é um elemento fundador para a Amazônia e para a América, na medida em que é referido desde o Diário de Colombo e até hoje continua com largo uso popular com o mesmo sentido original no Norte do Brasil.

Vincente Pinzón partiu de Palos no início de dezembro de 1499 com quatro caravelas, comandando a “nau capitânea” e duas sob o comando de seus sobrinhos Diogo Hernandez e Ayres Perez e pilotadas por Juan Jerez, Juan Quinteros e Juan de Umbria que haviam participado com Colombo das viagens de descoberta do Novo Continente.

Entre 20 e 26 de janeiro de 1500, chegaram a uma praia deslumbrante que denominaram de “Rostro Hermoso” e estavam no paralelo 9º de latitude Sul na costa do atual Brasil, na parte proeminente logo denominada de “Santa Maria de la Consolación” por Pinzón e, posteriormente, conhecida como Cabo de Santo Agostinho. Fincou uma cruz e tomou posse da terra em nome da Coroa de Castella. Com Deus e com o Estado se proclamam descobridores do futuro Brasil.

Daí tomou rumo norte e dias depois foi surpreendido por um fenômeno desconhecido, perceberam que “se achavam sulcando um mar de águas doces, diante do qual como que (se) haviam recuado as águas do oceano.” Era a foz de

2 *Diário de Colon*. Francisco Morales Padron (Ed.) Prólogo: Paolo Emilio Taviani. Sevilla: Ediciones Guadalquivir, 1995.

um rio de impressionante volume d'água que Pinzón batizou de “Santa Maria de la Mar Dulce”³

O choque da luta do rio com o mar, da água doce do rio superando a salinidade marinha causa espanto. O despejo das águas do futuro rio Amazonas adoçava o mar só reconhecido pelo forte movimento das ondas e das marés. Fenômeno desconhecido para europeus pouco afeitos a volumosos cursos d'água. Mar pela grandeza e doce pelo sabor das águas. Formula-se o paradoxo primeiro: mar e doce, sob a proteção de Santa Maria. Os meses de janeiro e fevereiro representam os meses de chuvas intensas que aumentam o despejo do grande rio empurrando as águas do Oceano Atlântico por “muitas léguas”. O Atlântico torna-se doce no período das chuvas e o rio avança “vinte léguas ao mar”.

O rio transfigura-se em “mar” e constitui-se na primeira hipérbole construída pelos espanhóis, processo de definição que se tornará padrão dominante ao longo de toda a história amazônica.

A definição hiperbólica de “Mar Dulce” não é exclusiva da futura Amazônia, pois o mesmo padrão definidor foi utilizado em 1511 por Juan Diaz de Solis que buscava, através da Costa Sul do Brasil, passagem para as Molucas (Indonésia) sem invadir o mar territorial português estabelecido no Tratado das Tordesilhas. Ele acabou ingressando no estuário do Rio de la Plata e verificou decepcionado que a água não era salgada: “Pero el peso de las ilusiones triunfó sobre el realismo”⁴ e o estuário recebeu o nome de “Mar Dulce” ou “Mar de Solis”.

Aqui podemos destacar a força do imaginário na construção da “luta pela definição” (GEERTZ, 1973), realçando o predomínio das imagens e desejos sobre a razão estrito senso.

Tudo indica, portanto, que um modo espanhol de definir, marcado pelo recurso à hipérbole, se constituirá e se reproduzirá historicamente até os nossos dias.

O “Mar Dulce” de Pinzón era conhecido nas duas nascentes andinas com o nome de Marañon. Mas antes é necessário caracterizar o continente sul-americano nos tempos da Conquista. Colombo havia descoberto ilhas e restava aos novos descobridores acharem a “Tierra Firme”, isto é, o continente.

3 Santa Rosa, Henrique A. – *História do Rio Amazonas*. Oficinas gráficas Guajarinas. Pará, 1926;

4 Bernand, Carmem y Gruzinski, Serge. *História del nuevo mundo – del descubrimiento a conquista*. La experiência europea, 1492-1550. Fondo de cultura económica. México, 1996.

Tanto no *Diário de Colombo* quanto no texto de Oviedo o conceito de “Tierra Firme” aparece. Oviedo foi contemporâneo e observador atento dos descobrimentos, tendo inclusive entrevistado Pinzón e Carbajal em torno dos descobrimentos por estes realizados e documentos, respectivamente. Tierra Firme, portanto, foi a primeira denominação feita ao continente como o oposto de ilha. Antes, portanto, dos espanhóis iniciarem o processo de nomeação da região. Tudo começou pelo rio, definido hiperbolicamente como “Mar Dulce”. Oviedo faz uma longa descrição de “Tierra Firme”, que abarca desde o Rio de la Plata até o Mar Dulce⁵. Oviedo também já sabia que o Mar Dulce era o Rio Marañon, denominação dada pelos conquistadores que penetravam pela costa do Pacífico. Assim, o futuro Rio Amazonas é descoberto na foz e nas nascentes e entre 1500 e 1540 é referido como Rio Marañon.

Em 1501, Pedro Martyr d’Anghiera apresenta à Corte da Rainha Isabel uma descrição detalhada da descoberta de Pinzón e retoma o tema em 1514, que no livro IX da 2ª década faz a descrição do Rio Marañon seguindo as informações de Pinzón.

Diogo Ribeiro, em 1529, publica em Sevilha sua Carta Universal, contendo o rio Marañon com a legenda: —“O rio Marañon é muito grande e nelle entram os navios pela água doce e tomam água doce vinte léguas ao mar”⁶.

Até 1541, as denominações da futura Amazônia remetiam a fenômenos naturais. Mar Dulce porque o rio sobrepujava o oceano por muitas léguas. Tierra Firme pela característica continental da área se opondo às ilhas.

A denominação de Marañon ou Maragnon que era usada desde as proximidades dos Andes até a foz tem origem controversa e indefinida. Para complicar, a forma portuguesa “Maranhão” foi adotada por religiosos e conquistadores. Marañon significava o pássaro guará, no Norte do Brasil, e caju (*Anacardium occidentale*), em Cuba. O que é certo é que o afluente do Ucayale continua Rio Marañon até hoje e, até o século XVIII, a denominação rivalizou com a de Rio de las Amazonas ou Almazonas. Marañon foi uma denominação decorrente da presença espanhola.

Paralelamente ao processo de nomeação dos espanhóis e lusos, as populações pré-colombianas chamavam “Paraná-Assu” ou “Paraná-Guassu” ao grande curso d’água e que significa rio grande, acrescido de “tinga” que representa água clara cor de barro. Ao mesmo tempo em que nominavam o rio, definiam

5 OVIEDO, Gonzalo Fernandez de, *História General y natural da Las Indias*, vol II. Madrid: Ediciones Atlas, 1959, especialmente caps. VI e VII.

6 Santa Rosa, *op. cit.* o. 77.

as suas características: grande e de águas claras, o que indicava ser “rico”, isto é, piscoso, porque rico em sedimentos e plâncton.

“Os conquistadores, ao se depararem com a Amazônia, tiveram também de exaltação e simbolismo fluvial e até mitológico, quando o denominaram de Mar-Dulce, Rio-Mar, Rei-dos-Rios, Rio-das-Amazonas”⁷. Mas 1541 representa um momento decisivo no sentido de alterar o curso de apropriação simbólica dos novos lugares. Com a viagem de Orellana (1541-1542), descrita por Gaspar de Carbajal, o processo de apropriação dos novos lugares pela via da nomeação que institui e consagra (denominou o rio de Rio de las Amazonas e tomou posse em nome do rei) assumiu uma nova direção. Antes vimos que Tierra Firme e Mar Dulce remetiam a características físicas dos fenômenos geográficos.

Com a viagem de Orellana e a “luta” com as “mulheres guerreiras”, o processo de apropriação/nomeação instituinte assume uma representação de mito fundador de uma forma arquetípica de definição dos novos lugares. Transfigura-se das expressões do meio físico para o “grande ritual coletivo de nomeação” que resultará na composição de uma fórmula arquetípica de compreensão da realidade enquanto um “programa de percepção”.

O vigor apropriante/instituinte de americanização do mito das amazonas transforma de forma radical a lógica do imaginário voltado para a fundação deste Novo Mundo. “Vistas” nos combates contra os espanhóis nas imediações do Rio Nhamundá, na atual fronteira dos Estados do Pará e Amazonas, a área é considerada litigiosa, não tendo sido ainda possível definir a quem pertence.

A percepção do rio enquanto o “lugar” das amazonas ganhou uma força até então inusitada. A partir daí, o uso de Rio Marañon começou a declinar quanto à denominação que, costumeiramente, era usada para designar uma descoberta: o nome do descobridor, e nem sequer conseguiu se afirmar.

O Rio de Orellana teve vida precária e curta. Quando usado era junto com o nome Marañon ou Orellana, não tendo se firmado enquanto significado referencial mais expressivo.

O ato de nominação de Rio de las Amazonas que derivou da divulgação da descoberta de Orellana – que navegou até a foz do Paraná-Assu partindo de Quito – assumiu, no contexto do descobrimento/conquista, uma função essencial junto à metrópole quanto às vantagens de se explorar o vale do grande rio.

7 Cf. BENCHIMOL, Samuel, *O homem e o rio na Amazônia: uma abordagem ecossociológica*, in: *Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais*. José Marcelino Monteiro de Costa (org.). Belém: UFPa/Numa, 1995.

O imaginário espanhol já definira *a priori* que as novas terras eram “riquíssimas” e talvez o “paraíso terrestre”. A expectativa era de encontrar imensos tesouros acumulados no imaginário império do Gran-Khan. A conquista do México revelara importantes tesouros. O mesmo ocorrera com a dominação dos Incas no Peru. O anúncio das Amazonas era algo providencial. Na calha do Rio Marañon, não foram encontrados por Orellana os esperados tesouros. O Reino do El Dorado não fora encontrado. As florestas de canela se mostraram economicamente inviáveis pela dispersão das árvores. Restava buscar no imaginário a importância e a riqueza da nova terra. Cada descobridor precisava demonstrar ao monarca a relevância do seu feito para a grandeza do império e a busca de recompensas que quase sempre vinham através de concessão de títulos de vice-rei ou governador-geral das terras descobertas. A própria empresa de Colombo teve este sentido, formulado enquanto contrato prévio. Não bastava descobrir, era indispensável demonstrar a relevância do feito para justificar o investimento na ocupação do espaço e em novas expedições.

Orellana anuncia o seu encontro com as amazonas num momento de intenso infortúnio. Lutava apenas para se manter vivo.

As amazonas são apresentadas como “ricas senhoras”, dirigentes de reinos riquíssimos e guardiãs de tesouros incalculáveis. Mas o território das mulheres guerreiras não era o mesmo do confronto. O “Senhorio das Amazonas” ficava a “oito jornadas” do local de onde nela se falava. Lugar este que não é físico, mas localizado no imaginário e, assim, não se pode encontrar para saquear a riqueza. Entretanto, existe e todos “sabem” e confirmam, conforme ocorrera ao longo da viagem.

As amazonas são a demonstração da riqueza da terra. Podemos observar que, em nenhuma das regiões do Novo Mundo, o mito das amazonas teve tanta força enquanto mecanismo de nominação e de definição do espaço.⁸

Vemos desde a primeira viagem de Colombo a referência à Terra das Amazonas que se repete ao longo das demais. As viagens de Colombo não levam à localização de grandes civilizações nem “de grandes tesouros acumulados”, mas apenas a algumas minas de ouro e a uma natureza exuberante. Diante disto, as amazonas são invocadas como testemunho de excepcionalidade da Nova Terra.

8 Para os conceitos de nominação/nomeação/apropriação simbólica e “Programa de percepção”, ver cf. BOURDIEU, Pierre, *Linguagem e Poder Simbólico*, in: *A Economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996. Para o conceito de arquétipo, ver cf. DURAND, Gilbert, *O Imaginário – Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998 e ELÍADE, Mircea, *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70, 1993.

No vale do Paraná-Assu, as amazonas são as fiadoras de magníficos tesouros e a sua demonstração e evidência.

Tudo indica que estamos diante da seguinte fórmula: onde faltam grandes tesouros reais, recorre-se às amazonas como recurso do imaginário para o reforço de tese da presença de riquezas imensas.

No nosso meio o mito das senhoras ricas e guerreiras se impõe como mito fundante da abundância da terra descoberta. Aqui nenhum dos mitos construídos pelo imaginário dos conquistadores teve tanta persistência e longevidade histórica. A rotulação de Rio de las Amazonas conseguiu vencer a “luta pela definição” travada com outras denominações. Partindo de uma construção decorrente de um dos inúmeros incidentes verificados na tumultuada viagem de Orellana, as amazonas passaram a comandar o imaginário na calha do Paraná-Assu, inclusive demonstrando capacidade de expansão de seus domínios ao passar de denominação secundária de um rio para a denominação de toda a região: de Rio de las Amazonas passa a Região Amazônica no século XIX.

Mas ainda nos séculos XVII e XVIII o nome Rio Marañon ainda era o mais usado. Se tomarmos como evidência os registros de Frei Laureano de la Cruz (1647-1650) no texto *Novo Descobrimento do Rio Marañon*, chamado das Amazonas e as *Notícias autênticas do famoso Rio Marañon*, de Samuel Fritz (1723) percebe-se a partir dos títulos que o nome mais usado era Rio Marañon, embora Laureano de la Cruz demonstre que o nome Rio de las Amazonas começasse a substituir a denominação tradicional.

Paralela à “luta” pela definição da principal via de penetração regional houve um esforço dos frades franciscanos no sentido de transformar o Marañon em Rio de São Francisco de Quito. O relato de viagem dos frades franciscanos de Quito a Belém (cidade do Gran Pará) e a São Luís (cidade do Marañon) de 1650/1651 nos mostra o Frei Laureano de la Cruz insistentemente denominando o rio Marañon de “nosso rio de São Francisco de Quito”.

“Pela banda do Sul, 80 léguas abaixo do Curaray desemboca um grande rio no nosso de São Francisco, o qual terá uma légua de boca; chamam-no os naturais Paramanguaso, que quer dizer Rio Grande. É esse o Marañon, que desce do Peru e por isso chama-se o nosso rio Napo de Marañon, e depois que os nossos Frades o descobriram e navegaram chama-se San Francisco de Quito”⁹.

9 Os relatos de Laureano de La Cruz e Samuel Fritz bem como a citação acima estão em Antonio Porro *As Crônicas do Rio Amazonas*. Editora Vozes. Petrópolis, 1993.

O relato repete 11 vezes “o nosso rio de San Francisco”. A competição pela nomeação vai mais longe ainda:

“E em comparação com o nosso grande rio de San Francisco, o que chamam das Amazonas é rio muito pequeno. Partimo deste (rio) dito dos Condurises ou rio das Amazonas com nosso soldado português e com os índios que ali nos deram e no terceiro dia que navegamos por nosso grande rio de San Francisco abaixo chegamos ao que chamam dos trapajosos e (que) entra no nosso pela banda do sul, e na outra banda encontramos as canoas e tropa dos portugueses e como cabo deles, o capitão Manuel de los Santos, um dos oficiais da armada portuguesa que foi a Quito com nosso irmão Fr. Domingo, quando descobriu e navegou o nosso grande rio”.¹⁰

Laureano de la Cruz reduz o rio de las Amazonas a uma outra denominação do rio dos Condurises, que é apenas um dos braços que ligam o Amazonas/Marañon ao rio Nhamundá. Esta área em torno da foz do Nhamundá é o cenário do encontro de Orellana com as “mulheres guerreiras”, episódio que desencadeou o processo de amazonificação do grande vale.

O vigor histórico dos frades de São Francisco na sua luta para assumir a “nova descoberta” do Parana-guassu teve vida curta e o santo perdeu a guerra para os seres “desviantes” que formavam uma “sociedade de mulheres”, matavam ou renegavam os filhos machos e participavam da guerra como comandantes: as Amazonas.

Resta-nos agora demonstrar como se deu a expansão da hipérbole construída a partir da imagem de “mulheres guerreiras”, formulada por Carbajal até se tornar a denominação de toda a região do Vale do Paraná-Guassu. A hipérbole que inicialmente se restringe à ideia de um “Senhorio das Amazonas” localizado em lugar remoto e nômade, conforme a lógica dos mitos, passa em seguida a denominar o rio que domina a paisagem e triunfa de forma avassaladora no imaginário do século XIX denominando toda a região. Surge então a Amazônia. A tarefa agora é fazer a etnografia desta expansão da hipérbole no imaginário e explicar o seu percurso.

A primeira pista que encontramos sobre a passagem do rio para a região no processo de amazonização do grande vale foi em Lia Osório Machado, que diz: “(...) Com a valorização da borracha e a integração da sua área produtora ao mercado internacional modificam-se as condições locais e, pela primeira vez, o termo ‘Amazônia’ é utilizado para designar as províncias do extremo norte do país”¹¹.

10 Cf. LA CRUZ, Laureano de in PORRO, Antonio *op. cit.* p. 148.

11 MACHADO, Lia Osório. *Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico Internacional* (1540-1912). Tese Doutorado. 2 vols. Departamento de Geografia Humana. Universitat de Barcelona. Mimeografada. 1989. Vol. 1. p. 325.

A afirmação é preciosa enquanto aponta a expansão da hipérbole das amazonas como decorrência do aumento da importância mundial da região pela crescente utilização da borracha natural na indústria automobilística e hoteleira.

A referência às amazonas é retomada como signo nominativo para a região então genericamente denominada de “Norte” e que abrangia o atual Nordeste. A retomada das amazonas não é mero acaso¹².

Entretanto, a autora não especifica o processo de passagem da denominação do rio para a região. A referência usada é o texto de Evaldo Cabral de Melo¹³, que aponta como criador do termo Amazônia o deputado provincial pelo Gran-Pará Padre Mâncio Caetano Ribeiro:

(...) Quando em 1888 um deputado paraense, Mâncio Ribeiro, aludiu aos ‘vastos horizontes da Amazônia’, causou espécie na Câmara. Um colega mineiro estranhou-lhe a expressão, indagando ‘onde é essa Amazônia de que o nobre deputado tanto tem falado; e Coelho Rodrigues, representante piauiense e lente da Faculdade de Direito do Recife, veio alertar severamente a assembleia contra o fato de que ‘ultimamente vai-se acentuando, em algumas de nossas províncias, certa tendência separatista que traduz-se nas novas denominações de pátria paulista, amazônia etc. que me fazem recear também a divisão do Brasil se mudar-se a forma de governo.

Estávamos em 5 de junho de 1888. A escravidão estava finda e as bases do regime monárquico estavam solapadas. As regiões brasileiras estavam toman-

12 No séc. XIX, as Amazonas são no Brasil um problema de Estado e um grave problema para a ciência. Em 14 de Dezembro de 1853, o Imperador do Brasil propõe a Gonçalves Dias o seguinte “Programa” para ser desenvolvido em uma das sessões do instituto: “É este assunto um programa dado por S.M.I. ao autor e por este desenvolvido em uma das sessões do instituto. Saiu publicado no tomo XVIII, p. 5 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – 1885. Abaixo transcrevo o “Programa” proposto pelo Imperador:

14 de Dezembro de 1853

“Se existiram Amazonas no Brasil? Se existiram, quais os testemunhos de sua existência; quais seus costumes, usanças e crenças? Se se assemelhavam ou indicavam originaram-se das Amazonas da Cítia e Líbia, e quais os motivos de seu rápido desaparecimento? Se não existiram, que motivos tiveram Orellana e Cristovão da Cunha, seu fiador, para nos asseverarem a sua existência?” (p. 05-06)

Importante na formulação do “programa” é que a estrutura do pensar as amazonas se mantém: o dilema, existem/ não existem garantiu a reprodução do mito ao longo dos séculos. Deixamos de comentar a resposta de Gonçalves Dias porque não é nosso tema específico. Aliás, Gonçalves Dias viveu na região e produziu outros textos igualmente relevantes.

13 CABRAL DE MELO, E. *O Norte agrário e o Império*. Editora Nova Fronteira/ Pró memória/ Instituto Nacional do livro. Rio de Janeiro: 1984.

do conformação diferente, obedecendo a critérios geoeconômicos e de base identitária. A referência ao nome Amazônia causa escândalo. O mito fundador hiperbolizante da riqueza e da peculiaridade recrudescer enquanto expansão do espectro imaginário.

Orellana, que desencadeou o processo de expansão das Amazonas no vale do Paraná-Assu, era, ele próprio, um dissidente, um rebelde. Quando Pizarro e sua expedição ao El Dorado e ao País da Canela entraram em crise de rumo e de abastecimento é Orellana encarregado de buscar suprimentos e retornar a montante para socorrer a tropa. Não o faz e segue descendo o rio até atingir a foz do Paraná-Guassu. Os registros históricos estão cheios da versão de “traição” por parte de Orellana, por “ter abandonado” seu comandante talvez por “ambição”.

A expansão amazonizante do Rio para a região é obra de intelectuais nativos que usam estes seres “desviantes” para rotular a região inteira no momento crucial em que a borracha se torna fundamental para a economia nacional, pois substitui o açúcar e o algodão que dominavam a pauta de exportação. Trata-se do retorno das amazonas como declaração, manifesto proclamador da riqueza regional como ocorrera nos tempos de conquista.

Mâncio Ribeiro reclamava dos baixos investimentos do poder central na região e reclamava a construção de uma estrada de ferro no trecho encaichoado do Rio Tocantins entre Alcobaça (Tucuruí) e Marabá, o que intensificaria o intercâmbio com o Centro-Sul, passando pela província de Goiás e beneficiando Piauí, Maranhão e Mato Grosso.

Fomos buscar nos anais do Congresso Nacional o discurso completo de Mâncio Ribeiro e constatamos que o conceito de Região Amazônica era anterior àquela data. O próprio Ribeiro, ao responder a indagação do Deputado João Penido que inquiria: – “Onde é essa Amazônia de que o nobre deputado tanto tem fallado?” e Ribeiro retrucou: – “Estude geographia que Vossa Excelência devia saber desde menino”(risos).

Penido volta à carga: – “Não acho esta província – amazônica. Só si a geographia do Pará é diferente.”

Aqui Mâncio Ribeiro, ao lado da dura ironia, não reivindica para si a autoria do conceito. Afirma que é anterior à sua fala. Mas seus adversários também estavam certos, pois era um conceito que reivindicou uma identidade particular e não constava nos compêndios. Os conceitos de Amazônia e Região Amazônica devem ter surgido no início dos anos 80 do século XIX com o *boom* da borracha.

No *Ensaio Conographico sobre a Provincia do Pará*¹⁴, concluído em 1833, Antonio Ladislau Monteiro Baena fala em Província do Gran-Pará e não se refere à Amazônia. A obra tem ares oficiais, pois é feita por encomenda do Presidente da Província, Bernardo de Souza Franco.

É na obra de José Veríssimo (que é o intelectual de maior influência fora da região na época) que vamos encontrar referências à Amazônia e Região Amazônica, em 1888.

Já em 1883, Veríssimo publica *As Populações Mestiças da Amazônia*, empregando os conceitos citados. E segue publicando na *Revista Amazônica* (1883-1884), publicando textos como *Os Ídolos Amazônicos*, *Linguagem Popular Amazônica* (em três capítulos), *Scenas da Vida Amazônica – O Boto*, *Tradições*, *Crenças e Superstições Amazônicas*.

Na mesma *Revista Amazônica*¹⁵, José Gualdino (1883) publica *A Amazônia*.

Com os dados disponíveis no momento, é possível afirmar que a transformação da Província do Pará em Amazônia ocorreu nos anos 1880 do século XIX, sendo que a José Veríssimo coube a tarefa de divulgá-la no plano dos trabalhos científicos e a Mâncio Ribeiro o seu uso, como instrumento de luta política e, portanto, de divulgação popular.

14 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Typografia de Santos & Menor*. Rua da Alfama nº15. S/D.

15 A coleção da “Revista Amazônica” editada por José Veríssimo (1883-84) existe no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O museu Emílio Goeldi de Belém tem a coleção incompleta. A Universidade Federal do Pará publicou em 1970 “Estudos Amazônicos” de José Veríssimo, onde reedita alguns trabalhos publicados na “Revista Amazônica”. Em Belém, foi publicado em 1886 o jornal “A Amazônia”. Número único.

